



28 DE NOVEMBRO DE 2017

Terça-feira

- INDÚSTRIA MANTÉM TRAJETÓRIA DE RECUPERAÇÃO
- ÍNDICE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA SOBE PARA 52,6 PONTOS EM OUTUBRO
- BRASIL E CHINA REFORÇAM AÇÕES PARA IMPLEMENTAR O MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS (MOU) NO SETOR DE SERVIÇOS
- SEM ALARDE, DEPUTADOS ARTICULAM PROJETO COM REFIS PARA MICRO E PEQUENAS
- PLANO PROGREDIR POSSIBILITA QUE EMPRESAS OFERTEM EMPREGO E RENDA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE BAIXA RENDA
- PARANAGUÁ RECEBE VOLUME INÉDITO DE VEÍCULOS PARA EXPORTAÇÃO
- BRASIL VAI AMPLIAR VENDA DE VEÍCULOS COM NOVO PROGRAMA PARAGUAIO
- BRASIL CRESCERÁ 0,7% EM 2017, E 1,9% EM 2019, APONTA OCDE
- FERROESTE E RUMO DIVERGEM SOBRE NECESSIDADE DE NOVA FERROVIA NO PARANÁ
- ARTIGO: GOVERNO TOMA MEDIDAS BURRAS QUE DESESTIMULAM INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO
- AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO BRASIL É HORRÍVEL, DIZ EXECUTIVO DO BANCO MUNDIAL
- REFORMA CRIOU 'CARDÁPIO DE CONTRATOS DE TRABALHO PRECÁRIOS', APONTA AUDIÊNCIA
- SEM IMPOSTO SINDICAL, CENTRAIS REDUZEM GASTOS E MIRAM NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- CORREIOS ESPERAM ATRAIR ENTRE 2 MIL E 5 MIL FUNCIONÁRIOS PARA NOVO PDV
- COM NOVA REGRA, EMPREGADO INTERMITENTE PODERÁ TER DE PAGAR PARA TRABALHAR
- MINISTRO DIZ QUE REFORMA TRABALHISTA PODE TIRAR 45 MILHÕES DA INFORMALIDADE
- "NÃO HÁ JUSTIÇA SEM EMPREGO", DIZ MINISTRO DO TRABALHO

- TRABALHADOR QUE RECEBER MENOS QUE O MÍNIMO DEVERÁ PAGAR A RECEITA DIFERENÇA NA CONTRIBUIÇÃO
- RECEITA REGULAMENTA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE INTERMITENTE
- QUARTA SEMANA DE NOVEMBRO TEM SUPERÁVIT DE US\$ 427 MILHÕES
- GOVERNO CORRE PARA APROVAR MEDIDAS PROVISÓRIAS QUE CADUCAM ATÉ DEZEMBRO
- INDEFINIÇÕES SOBRE REFORMA E EXTERIOR CONTRIBUÍRAM PARA VOLATILIDADE, DIZ TESOURO
- SAI ACORDO QUE COBRE PERDAS COM OS PLANOS ECONÔMICOS
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO NO BRASIL RECUA EM NOVEMBRO COM PIORA DA PERCEPÇÃO ATUAL, DIZ FGV
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR BRASILEIRO SOBE EM NOVEMBRO PARA MAIOR NÍVEL EM 3 ANOS
- ENTIDADES FAZEM ACORDO SOBRE PERDAS COM PLANOS ECONÔMICOS NOS ANOS 80 E 90
- OCDE VÊ CRESCIMENTO GLOBAL ATINGIR PICO EM 2018 E MELHORA PROJECÇÕES PARA O BRASIL
- O BRASIL TENTA SE ABRIR HÁ 20 ANOS, DIZ CONSULTOR
- CARGA DE ENERGIA NO SISTEMA BRASILEIRO CRESCE 3% EM OUTUBRO, DIZ ONS
- CONTA DE LUZ CAIRÁ 4,3% EM DEZEMBRO, COM MELHORA DOS RESERVATÓRIOS
- UBS DIZ QUE FIM DO NAFTA AFETARIA VOLKSWAGEN DURAMENTE
- CAMINHÃO DA TESLA PRECISARÁ DE ENERGIA DE 4.000 CASAS, DIZ CONSULTOR
- FIAT REVELA O NOVO CRONOS, SEDÃ DO ARGO QUE APOSTA NO VISUAL ESPORTIVO
- INADIMPLÊNCIA CAI PARA MENOR NÍVEL DO ANO

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 28/11/2017 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,222 | 3,223 |
| Euro | 3,829 | 3,831 |

Fonte: BACEN

Indústria mantém trajetória de recuperação

28/11/2017 – Fonte: CNI

A Sondagem Industrial CNI mostra que a recuperação da indústria segue em curso. A produção industrial cresceu na passagem de setembro para outubro, diferentemente do que tinha ocorrido nos últimos dois anos. Destaca-se ainda que o emprego industrial parou de cair.

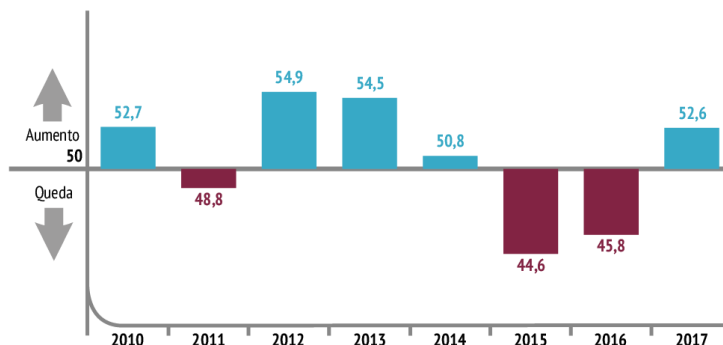
Outubro/2017

Evolução da produção nos meses de outubro (2010-2017)

Índice de difusão (0 a 100)*

■ Produção
— Linha divisória

* Valores acima de 50 pontos indicam crescimento da produção frente ao mês anterior.



Índice de produção da indústria sobe para 52,6 pontos em outubro

28/11/2017 – Fonte: EM.com

Ao contrário do que ocorreu nos últimos dois anos, a produção industrial cresceu na passagem de setembro para outubro, de acordo com a Sondagem Industrial divulgada nesta segunda-feira, 27, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em uma escala na qual valores acima dos 50 pontos indicam expansão da atividade, o índice de evolução da produção registrou 52,6 pontos no mês passado. Em setembro, o índice havia ficado em 48,1 pontos, indicando redução em relação a agosto.

A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) subiu 1 ponto porcentual em outubro e chegou a 67%. O nível de ociosidade na indústria ficou 2 pontos porcentuais menor que o verificado no mesmo mês do ano passado. "Ainda assim, é um porcentual reduzido, pois está 7 pontos porcentuais abaixo da média para o mês entre 2011 (início da série) e 2014", avaliou a CNI, no documento.

Também medido pela sondagem, o índice de evolução do número de empregados indicou uma interrupção no ciclo de demissões em outubro, com o indicador chegando a 49,7 pontos, praticamente na linha divisória dos 50 pontos que denota estabilidade no emprego. Essa foi a primeira vez desde novembro de 2013 que o índice não registrou queda nas vagas de trabalho da indústria.

Após registrar 50,9 pontos em setembro, o índice de estoques efetivos/planejados recuou para 49,9 pontos em outubro. Isso indica que o pequeno excesso de estoques verificado no mês anterior foi reduzido, com o indicador retornando para mais próximo dos 50 pontos que indicam que a produção estocada está conforme o planejado pelas empresas.

O documento da CNI também mostra que as expectativas da indústria se reduziram em novembro, mas continuaram positivas. A expectativa de demanda caiu de 55,7 pontos em outubro para 54,4 pontos neste mês; a de compra de matérias-primas recuou de 53,2 pontos para 52,5 pontos; e a de exportações retraiu de 52,9 pontos para 52,2 pontos.

Já o índice de intenção de investimento cresceu 1 ponto em novembro e chegou a 50,6

pontos, o maior patamar desde fevereiro de 2015. Na comparação com o penúltimo mês do ano passado, a alta no indicador foi de 6,7 pontos.

Brasil e China reforçam ações para implementar o Memorando de Entendimentos (MoU) no setor de Serviços

28/11/2017 – Fonte: MDIC

Em evento realizado em São Paulo, o secretário de Comércio e Serviços do MDIC destacou importância do MoU no setor de Serviços entre os dois países

Uma das primeiras iniciativas para a cooperação bilateral de serviços do Brasil com a China aconteceu na última sexta-feira (24), em São Paulo, durante o seminário "Brasil-China sobre Comércio em Serviço".

O evento estava previsto no Plano de Ação Bilateral, assinado em agosto deste ano entre Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e o Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM), visando implementar o Memorando de Entendimentos (MoU) no setor de Serviços entre os dois países. O acordo vai incentivar o comércio exterior e os investimentos bilaterais em Serviços, além de promover o intercâmbio de informações sobre melhores práticas no setor para fomentar serviços de maior qualidade, competitividade e eficiência.

Durante o evento, que reuniu diversos representantes dos setores expressos no MoU, como TI, games, audiovisuais, engenharia consultiva e arquitetura e turismo, o secretário de Comércio e Serviços do MDIC, Marcelo Maia, reforçou a importância dessa ação inicial para aproximar o setor produtivo dos dois países e ampliar as oportunidades de negócios no setor de serviços. "Este evento foi pensado para contribuir com o fortalecimento das relações bilaterais em serviços entre os dois países e por isso traz um panorama dos mercados chinês e brasileiro e as oportunidades para o comércio bilateral de serviços, além de desafios enfrentados por ambos os países no comércio bilateral", reforçou o secretário.

Marcelo Maia aproveitou para reforçar que o setor de serviços é essencial para os dois países, seja por seu impacto direto na economia e geração de empregos, seja por seu potencial de agregação de valor aos demais setores da economia. "Apesar das complementaridades das economias, o fluxo comercial em serviços entre Brasil e China ainda é apenas uma pequena parte do comércio internacional desses países", disse.

O evento foi realizado numa parceria entre a Secretaria de Comércio e Serviços do MDIC, a Confederação Nacional de Serviços (CNS) e a APEX Brasil. Durante o evento, o presidente da CNS, Luigi Nesi, presenteou os participantes do evento com uma sandália personalizada com imagens do Brasil e da China e sugeriu um slogan para a implementação do MoU: "Caminhando juntos para fortalecer as relações de serviços".

No contexto da implementação do MoU, a importância da relação bilateral em serviços foi destacada pelo Ministério do Comércio da China, MOFCOM, ao convidar o Brasil para ser país de destaque na CIFTIS - China International Fair of Trade in Services, que será realizada em maio de 2018.

Balança comercial Brasil-China

Os dados da balança comercial de bens entre Brasil e China, em 2016, resultou em superávit para o Brasil de US\$ 11,7 bilhões (acréscimo de 143,75% em relação a 2015, quando houve superávit de US\$ 4,8 bilhões).

Em 2016, a corrente de comércio de bens somou US\$ 58,5 bilhões em 2016, queda de 11,8% sobre o ano anterior, e a corrente de comércio bilateral em serviços, conforme estatísticas do Siscoserv, foi de US\$ 722 milhões, e grande parte dos serviços comercializados entre os dois países está relacionado com o comércio de bens, como,

por exemplo, serviços de transporte de cargas ou de manuseio de cargas e serviços de agentes de distribuição de mercadorias.

Sem alarde, deputados articulam projeto com Refis para micro e pequenas

28/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

Sem alarde, deputados articulam nos bastidores a votação ainda este ano na Câmara de um projeto criando um programa de parcelamento de dívidas tributárias, mais conhecido como Refis, para micro e pequenas empresas. A proposta em discussão prevê abatimento de até 90% em juros e multas para esses devedores, desconto mais generoso do que o dado pelo último Refis para grandes empresas.

A articulação é para aprovar um substitutivo a um projeto de Lei Complementar de 2015, de autoria do deputado Geraldo Resende (PMDB-MS). A proposta original prevê apenas parcelamento de débitos de micro e pequenas empresas em até 180 meses. O novo texto, que está sendo elaborado pelo deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), deve manter esse prazo e incluir os descontos de 90% em juros e multas e de 100% nos encargos, como no Refis das grandes empresas.

O novo texto deverá ser votado diretamente no plenário, sem passar pelas comissões. Isso porque, na última quarta-feira, 22, deputados aprovaram requerimento dando regime de urgência para tramitação do projeto de Resende. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já, inclusive, incluiu o projeto na pauta de votações do plenário desta semana.

Parlamentares envolvidos nas negociações dizem que o governo, que busca votos para aprovar a reforma da Previdência, vai apoiar à proposta. "O governo quer saber de arrecada. O resto é conversa mole", disse Jorginho Mello (PR-SC). "Já fizemos o trabalho de pé de orelha. Como os pequenos não têm prejuízo fiscal e créditos tributários para abater como os grandes, a forma de incentivar é o desconto mais generoso em juros e multas", afirmou Alfredo Kaefer (PSL-PR).

Vetado

Em outubro, o Congresso aprovou emenda à medida provisória (MP) do Refis das grandes empresas incluindo aquelas que aderem ao Simples Nacional, regime que permite recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia. O presidente Michel Temer, contudo, vetou os artigos. O argumento foi de que não era possível misturar tributos estaduais e municipais em programa de parcelamento de débitos com a União.

O texto aprovado pelos deputados e senadores e sancionado por Temer deu às grandes empresas descontos de até 90% em juros e 70% em multas e a opção de parcelamento das dívidas em até 175 meses. A proposta previa entrada de 5% para aqueles que deviam até R\$ 15 milhões e de 20% para quem devia mais que isso. O programa rendeu ao governo R\$ 7,5 bilhões neste ano, menos do que a arrecadação de R\$ 13,3 bilhões estimada inicialmente.

Plano Progredir possibilita que empresas ofertem emprego e renda para pessoas em situação de baixa renda

28/11/2017 – Fonte: MDIC

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, por meio do Fórum de Competitividade do Varejo, é parceiro do Desenvolvimento Social nas ações que facilitam o acesso de pessoas ao mundo do trabalho

O Plano Progredir foi lançado em 26 de setembro de 2017, com o objetivo de facilitar o acesso das pessoas de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas

Sociais do Governo Federal (pessoas com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo ou renda familiar total de até 3 salários mínimos) a oportunidades de qualificação, emprego e renda, prioritariamente as beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Com foco no desenvolvimento social, o Plano atua em três eixos: qualificação profissional; empreendedorismo e intermediação de mão de obra.

O Progridir criou a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social, para fortalecer a união do Governo Federal com instituições comprometidas em promover boas práticas de responsabilidade social.

[Manual da Rede de Parceiros \(pdf\)](#)
[Seja parceiro \(pdf\)](#)

Empresas, organizações sem fins lucrativos e entidades representativas de diversos setores atuarão em conjunto com o Plano, desempenhando um papel de destaque ao oferecer oportunidades de vagas de emprego e qualificação profissional (na forma de vagas de estágio, de jovem aprendiz ou curso de capacitação para os trabalhadores), com a finalidade de contribuir para uma vida digna, garantindo a autonomia financeira de pessoas em extrema pobreza.

“Ninguém pode passar fome, mas o Bolsa Família não deve ser um projeto de vida”, afirmou o Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra.

Os Parceiros do Desenvolvimento Social recebem currículos selecionados de acordo com os perfis dos candidatos e das vagas; são reconhecidos pelo poder público como entidades atuantes em ações de responsabilidade social, por meio da contratação de trabalhadores inscritos no Cadastro Único e participam de eventos promovidos pela Rede de Parceiros.

As pessoas beneficiadas pelo Progridir que tiverem sua renda elevada ficarão ao menos mais dois anos no Programa Bolsa Família até que alcancem a emancipação financeira. Caso ocorra algum imprevisto nesse período, o retorno fica garantido.

Cada vez mais as empresas buscam mecanismos para apoiar iniciativas de responsabilidade social. Pesquisa da *Reputation Institute* realizada entre janeiro e fevereiro deste ano mostra que, na avaliação dos consumidores sobre a reputação de uma empresa, a responsabilidade social tem peso de 41%.

O desenvolvimento almejado pelo Estado brasileiro está necessariamente vinculado ao progresso social, com a erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção do bem comum. Seja um parceiro do Progridir!

Paranaguá recebe volume inédito de veículos para exportação

28/11/2017 – Fonte: Agência de Notícias Governo do estado do Paraná

Mais de 5,5 mil automóveis lotaram os pátios da Appa no último sábado (25). Carros são das marcas Renault, Volkswagen e BMW e seguem nesta semana para a Argentina, o México e os EUA. Mercado, capacidade dos operadores portuários e novo layout do cais explicam a intensa movimentação.

Mais uma marca histórica foi alcançada pelo Porto de Paranaguá no último sábado (25). Em um registro inédito, 5.530 veículos foram contabilizados na faixa portuária e nos pátios de automóveis simultaneamente. Os carros são das marcas Renault, Volkswagen e BMW e estão sendo exportados nesta semana para a Argentina, o México e os EUA.

Somente em 2017, já foram exportados 92.469 veículos e esse número não para de crescer. A expectativa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) é a de fechar o ano com a exportação de mais de 100 mil unidades, uma marca jamais alcançada antes.

O diretor-presidente da Appa, Luiz Henrique Dividino, atribui o recorde de movimentação ao mercado, à capacidade de resposta dos operadores portuários de Paranaguá e ao novo layout operacional do cais do porto – que tem permitido uma movimentação nunca vista.

“Com o novo layout, aumentamos em 36% a área para movimentação de cargas especiais, utilizada para o armazenamento de veículos. Com isso, em 2017, teremos o maior volume de automóveis já exportados e em 2018 a responsabilidade será ainda maior”, explicou Dividino.

DESTAQUE – Além do aumento da capacidade de armazenamento de cargas especiais, incluindo veículos, o Porto de Paranaguá cumpre as exigências dos fabricantes, como a existência de rampas específicas para o embarque das mercadorias. Esses aspectos contribuíram para que o porto paranaense se tornasse o segundo do país em movimentação de automóveis.

“O aumento da capacidade de armazenamento já é um atrativo enorme a quem exporta ou importa. Além desse aspecto, o porto paranaense tem se destacado com as boas condições de movimentação, apresentando baixa incidência de avarias. Isso tudo faz diferença e justifica o excelente desempenho do Porto de Paranaguá”, enfatizou o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho.

CRESCIMENTO – A crescente movimentação de veículos aponta para a diversificação de cargas operadas no Porto de Paranaguá e vem batendo sucessivos recordes. De acordo com o relatório divulgado pela Appa, a exportação de veículos aumentou cerca de 25% em comparação a 2016, com uma média de 8.500 unidades embarcadas por mês, contra 6.800 mensais no ano passado.

Brasil vai ampliar venda de veículos com novo programa paraguaio

28/11/2017 – Fonte: MDIC



Ministro Marcos Pereira participou em Assunção do lançamento do programa *Vehículo 0km para la Familia Paraguaya*

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, participou nesta terça-feira, em Assunção, juntamente com o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, do lançamento do programa *Vehículo 0km para la Familia Paraguaya*. “Lançamos hoje uma política automotiva cujo objetivo é oferecer para as famílias paraguaias opções de carro zero por menos de 10 mil dólares”, disse o presidente.

O objetivo é ofertar produtos novos, seguros e com qualidade, fabricados por grandes montadoras. O programa deve garantir financiamento, por meio do Banco Nacional de Fomento (BNF) do Paraguai, para cerca de 20 mil veículos num período de 12 meses. O governo brasileiro espera que entre 5 e 10 mil carros fabricados no Brasil sejam comercializados por conta do programa.

O acordo foi feito com montadoras instaladas no Brasil para a venda de cinco modelos populares – Renault Kwid, Fiat Mobi, Ford Ka, VW Gol e Chevrolet Onix. Para o ministro

Marcos Pereira, essa iniciativa promoverá a renovação da frota paraguaia, trazendo mais segurança e tecnologia para a população do país vizinho.

“O programa representará uma maior aproximação dos setores automotivos e o início de uma futura integração produtiva do Mercosul, objetivo perseguido por todos os membros do bloco”, disse Marcos Pereira. “O programa será um sucesso e reafirmo o apoio do governo brasileiro a este programa que também é conhecido como ‘carro do povo’”, completou.

O ministro de Indústria e Comércio do Paraguai, Gustavo Leite, destacou a agenda de fomento comercial com o Brasil. “Queremos que a família Paraguai possa ter acesso a carros zero. Fizemos uma parceria com a indústria brasileira, com o Banco Nacional de Fomento sendo responsável pelo financiamento dos carros”. Gustavo Leite participa nesta terça-feira de uma reunião bilateral com o ministro Marcos Pereira.

Um dos pontos centrais do programa é que os carros zero têm garantia da montadora. O mercado paraguaio consome 80 mil carros por ano, desse total 60 mil são veículos usados importados de Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul.

Intercâmbio comercial

No período entre janeiro e outubro deste ano as exportações brasileiras para o Paraguai cresceram 23,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de US\$ 1,78 bilhão para US\$ 2,19 bilhões. A participação do país manteve-se em 1,2%, posicionando-se como o 19º destino das exportações brasileiras neste ano.

No setor automotivo, entre janeiro e outubro de 2017, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 535 milhões (aumento de 63% em relação ao mesmo período do ano passado), com exportações no valor de US\$ 370 milhões (aumento de 58,5%) e importações no valor de US\$ 165 milhões (aumento de 68%).

No período, as exportações brasileiras de veículos (automóveis e comerciais leves, caminhões e ônibus) ao Paraguai foi de 10.915 unidades (US\$ 121 milhões), o que representa um crescimento, em quantidade, de 235,9% com relação a igual período de 2016.

Brasil crescerá 0,7% em 2017, e 1,9% em 2019, aponta OCDE

28/11/2017 – Fonte: O Estado de S. Paulo

De acordo com a entidade, o País deverá sair da recessão este ano após oito trimestres seguidos de contração econômica

O Brasil deverá sair da recessão este ano e crescer em ritmo ainda mais forte em 2018 e 2019, segundo relatório publicado nesta segunda-feira, 28, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A OCDE agora prevê que a economia brasileira expandirá 0,7% em 2017, 1,9% no próximo ano e 2,3% em 2019.



OCDE destaca que o Brasil finalmente voltou a crescer, após oito trimestres consecutivos de contração econômica Foto: Estadão

No documento, a entidade destaca que o Brasil finalmente voltou a crescer, após oito trimestres consecutivos de contração econômica.

"Inicialmente impulsionada pela agricultura, a recuperação agora parece cada vez mais ampla", avaliou a OCDE. "O crescimento deverá se fortalecer mais, embora a confiança continuará sensível a desdobramentos políticos."

A OCDE também ressaltou que a inflação baixa elevou a renda familiar e permitiu a queda das taxas de juros, o que por sua vez sustentará a recuperação dos investimentos. Essa situação justifica que o Copom mantenha uma política monetária acomodatória, disse a entidade.

Ainda no relatório, a OCDE sugeriu que o Brasil reduza barreiras comerciais de maneira a fortalecer a concorrência e a inovação e afirmou que a atual política fiscal precisa garantir o ajuste no médio prazo sem ameaçar a recuperação econômica.

Para a OCDE, a implementação de uma reforma da Previdência é crucial para que o ajuste fiscal brasileiro seja bem-sucedido.

Ferroeste e Rumo divergem sobre necessidade de nova ferrovia no Paraná

28/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Entendimento do governo é de que a deficiência no atendimento ferroviário está prejudicando a economia do estado

O tom dos textos evidencia um acirramento de ânimos: em notas enviadas à **Gazeta do Povo**, Ferroeste e Rumo Logística apresentam acusações e divergem sobre a necessidade de um novo ramal ferroviário entre Guarapuava e Paranaguá – projeto que será apresentado na manhã desta terça-feira (28) a empresários em São Paulo.

Para tentar aumentar a quantidade de cargas levadas até o Porto de Paranaguá por trem – que atualmente está em 18% do volume transportando – o governo estadual pretende convencer a iniciativa privada a investir em um estudo de viabilidade para a construção de uma ferrovia paralela à BR-277.

A Ferroeste – empresa estatal que atua entre Cascavel e Guarapuava – argumenta que está impedida de transportar mais por causa da existência de dois grandes gargalos no trecho administrado pela Rumo: entre Guarapuava e Ponta Grossa, que estaria com 100% de sua capacidade operacional utilizada, e a descida da Serra do Mar, com 91% da capacidade tomada.

A empresa estatal alega que nem mesmo o contrato de operações mútuas, firmado entre as duas empresas, estaria sendo cumprido. Menos da metade do volume combinado teria efetivamente sido transportado.

A Rumo reconhece apenas a restrição de capacidade no trecho Guarapuava-Ponta Grossa. Além disso, diz que o projeto da construção de uma ferrovia ao lado de uma já existente se mostra inviável.

A empresa afirma que tem um plano de expansão da malha, que permitirá atender toda a demanda do Paraná com prazo e custos menores. A Rumo alega que modernizou a operação e que mais investimentos bilionários estão previstos e que houve crescimento de 60% no volume de grãos transportado até o Porto de Paranaguá nos três primeiros trimestres de 2017 em comparação com o mesmo período de 2016.

A concessionária ainda diz que os problemas estão concentrados entre Cascavel e Guarapuava, no trecho da Ferroeste, que mantém uma frota de locomotivas e vagões

obsoleta, inviabilizando o atendimento da demanda da região. Em resposta, a empresa estatal admitiu que o maquinário é realmente mais velho que o usado pela Rumo, mas que é suficiente para a operação e que os problemas não estão relacionados à idade da frota.

O presidente da Ferroeste, João Araújo, nega que uma guerra esteja sendo travada pelas duas empresas. Ele conta que a Rumo foi chamada para participar de duas reuniões sobre o projeto de uma nova ferrovia e sempre apresentou dados contestando a obra. Contudo, o entendimento do governo estadual é de que a deficiência no atendimento ferroviário está prejudicando a economia do estado. Até a publicação desta reportagem, a Rumo não havia comentado a afirmação.

O projeto

Com o objetivo de diminuir o trânsito de caminhões nas rodovias e também o valor do frete no transporte de cargas, o governo do Paraná busca empresas interessadas em fazer o estudo técnico, econômico e ambiental para fazer dois ramais ferroviários: um de Dourados (MS) a Cascavel e outro de Guarapuava a Paranaguá.

No meio dos dois trechos há a linha férrea operada pela Ferroeste. A construção de mil quilômetros de linha férrea é estimada em de R\$ 10 bilhões. De Guarapuava a Paranaguá, a nova ferrovia seria uma concorrência para a concessionária Rumo, que tem direito de operar o trecho até 2027.

Ocupação da ferrovia

- até 50% ocupada
- 50% a 80% ocupada
- 80% a 100% ocupada

Artigo: Governo toma medidas burras que desestimulam indústria e exportação

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Exploração de minério de ferro da Vale, no Pará; royalties têm alíquota elevada. Eventuais erros cometidos no passado recente, por excessos em uma direção, não justificam novos erros na direção oposta.

Três meses atrás, por decreto presidencial, o governo cancelou a ampliação de um benefício que poderia dar impulso à exportação industrial e à economia em geral no próximo ano.

Pelo programa Reintegra, o governo devolve atualmente aos exportadores 2% do valor exportado em produtos manufaturados via créditos do PIS e da Cofins. Isso nada mais é do que devolução de impostos pagos sobre produtos exportados, o que é normal — "não se exportam impostos" é um refrão cantado em qualquer parte do mundo.

A devolução do Reintegra deveria subir dos 2% atuais para 3% em 2018, mas a elevação foi cancelada e com isso o governo espera economizar R\$ 2,3 bilhões. É uma economia burra, porque se faz à custa de desestímulo à exportação e à geração de divisas e empregos no país.

Na semana passada, o Congresso aprovou medida provisória que aumenta a alíquota da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) incidente

sobre os minérios exportados. Esse tributo é uma espécie de royalty pago pela mineração. A medida atinge principalmente as mineradoras de ferro, que pagam hoje 2% da receita líquida e passarão a pagar até 3,5% da receita bruta, descontados impostos.

O objetivo é obter cerca de R\$ 1 bilhão extra por ano para os cofres dos governos municipais, estaduais e federal. Outra medida burra, porque o produto brasileiro perde competitividade internacional e também porque o aumento de custos será obviamente repassado a toda a cadeia produtiva industrial.

Medidas como essas indicam que o Brasil, para tristeza geral, parou de se preocupar com o fortalecimento de suas exportações e de toda a sua indústria. Os exemplos históricos, dos tigres asiáticos e de outros países, deixam claro que a indústria leva ao desenvolvimento econômico.

Por aqui, com o alibi do ajuste fiscal e dos erros cometidos no passado recente, vale tudo. Há um desmonte generalizado de medidas que incentivavam a indústria e as exportações.

O BNDES, ator importante no financiamento de longo prazo, encolheu assustadoramente e deixou uma lacuna que não está sendo suprida pelos bancos privados. Os desembolsos de recursos do BNDES, agora mais caros, foram de R\$ 55,2 bilhões entre janeiro e outubro deste ano, valor 20% inferior ao do mesmo período do ano passado. Outubro teve o pior valor de desembolsos para o mês desde 2003.

O abandono a que está relegada a indústria exportadora é tão grande quanto o que atinge as empresas voltadas para o mercado interno.

A China, por exemplo, que tem um enorme excedente na produção de aço, está exportando o produto para o Brasil com preços inferiores ao custo, o que configura operação de dumping. A avaliação do pedido de imposição de tarifa antidumping, que deveria ter ocorrido no início deste mês, foi adiada para janeiro.

Assim, como escreveu o mestre Delfim Netto, aceita-se a destruição de um setor fundamental à autonomia brasileira, "quer por preconceito científico, quer por temor à costumeira retaliação imperial chinesa". E também por ingênuas convicções neoliberais, acrescento.

(**Benjamin Steinbruch**- É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Ambiente de negócios no Brasil é horrível, diz executivo do Banco Mundial

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Fabio Braga/Folhapress



Otaviano Canuto, diretor do Banco Mundial

Para Otaviano Canuto, diretor executivo do conselho de administração do Banco Mundial, é mais importante do que nunca resolver o "ambiente de negócios horrível" e a carência de infraestrutura no Brasil.

A declaração foi feita nesta segunda-feira (27), em evento do Instituto República, presidido pelo economista Octavio de Barros. O tema da discussão eram as cadeias globais de valor entre países.

"Se, por um lado, a globalização tornou menos importante o custo da mão de obra e os recursos naturais no desenvolvimento dos países, o ambiente de negócios é cada vez mais relevante", disse Canuto.

"Os requisitos de um bom ambiente de negócios têm uma importância tremenda, como a resolução rápida de pendências contratuais e trabalhistas, investimento em infraestrutura e fim de práticas protecionistas. No Brasil, o capitalismo não funciona. É o país onde empresas ineficientes mais sobrevivem."

No evento, Jorge Arbache, secretário de assuntos internacionais do Ministério do Planejamento, disse que a mudança nas cadeias produtivas entre países pode gerar ainda mais desigualdade.

"Nós pensávamos que iria acontecer uma convergência entre os países emergentes e os mais desenvolvidos, mas quiçá veremos um aumento da desigualdade", disse Arbache.

"A diferença não está mais na concentração de bens de capital nos países ricos, e sim na gestão de plataformas de tecnologia. Pensava-se que a internet ia democratizar a abertura de negócios, mas vemos o contrário, uma absurda consolidação do mercado de economia digital."

Ele afirma que o deslocamento do setor de serviços do mercado regional para grandes empresas (como Uber, Amazon) leva a uma fuga de capital do país.

Henri Philippe Reichstul, ex-presidente da Petrobras, também presente no evento, afirmou que "o Brasil é uma baleia que quer ser uma sereia".

"É um bicho grande, que se move lentamente. Faz 20 anos que falamos de cadeias de valor, mas qual a cadeia que existe aqui no Mercosul, ou na indústria automobilística? Deixa a turma aqui da economia falar e a baleia continua lá, na dela."

Reichstul afirma que, com a concentração de tecnologia em países ricos, é "perigoso" voltar à teoria da dependência e do colonialismo. "Somos uma economia muito protegida e fechada, e essa proteção não é boa. Precisamos pensar um modelo não ideologizado de desenvolvimento."

Reforma criou 'cardápio de contratos de trabalho precários', aponta audiência

28/11/2017 – Fonte: Senado Notícias

Defendida pelo governo como uma medida necessária para dar fôlego aos empregadores e assegurar a criação de novas vagas, a reforma trabalhista que entrou em vigor no dia 11 deste mês formalizou um "cardápio de contratos de trabalho e de empregos precários".

Foi isto apontaram participantes da audiência pública promovida pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho nesta segunda-feira (27).

Modalidades de trabalho como a terceirização, trabalho intermitente, trabalho avulso, autônomo e voluntário são, segundo os participantes, tentativas de retirar direitos conquistados ao longo de décadas pelos trabalhadores.

Para o procurador do trabalho Paulo Joarês Vieira, essa migração de formas de trabalho protegidas para precárias fere a Constituição Federal e vai resultar no aumento da desigualdade social.

— A reforma trabalhista trouxe um leque de formas de contratação que permite ao empresário escolher como vai contratar o empregado e quantos direitos ele vai ter. Em vez de caminharmos no sentido de ampliarmos direitos, todas as novas formas de contratação são no sentido de retirar direitos — apontou.

Ludmilla Abílio, pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da UNICAMP, avaliou que está em curso um processo de desumanização do trabalhador, que ela classificou como *uberização* do mercado de trabalho:

— Estamos vendo o deslocamento concepção do trabalhador como ser humano, portador de dignidade, para esse trabalhador que vai sendo reduzido a só uma peça na produção — argumentou.

Empregos

Mesmo a criação de novos postos de trabalho não está garantida de acordo com Luiz Alberto dos Santos, consultor legislativo do Senado Federal.

Ele pesquisou exemplos de flexibilização das regras trabalhistas em outros países que também passaram por crises econômicas e constatou que em muitos casos houve apenas a substituição de empregos com mais garantias por outros com as mesmas funções, mas com menos direitos.

— Os efeitos macroeconômicos nesses países são extremamente modestos especialmente quanto ao nível do emprego — disse.

Previdência e setor público

Outra medida que pode aumentar a desigualdade social segundo os participantes da audiência é a aprovação da Reforma da Previdência. O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o setor não é deficitário, ao contrário do que defende o governo.

A juíza do Trabalho e diretora de Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciana Conforti, observou que o governo ataca servidores com aumento da contribuição previdenciária enquanto perdoa dívidas milionárias de empresas que devem à Previdência. Paulo Paim concordou:

— O servidor paga durante toda a vida sobre o bruto. Eles querem apertar ainda mais para os servidores — lamentou o senador, que convidou todos a participarem da greve geral contra a Reforma da Previdência, marcada para ocorrer no próximo dia 5.

Segundo Luiz Alberto dos Santos, medidas defendidas pelo governo como cortes de salários no serviço público, congelamento de vagas e aumento da contribuição previdenciária podem impactar na qualidade da prestação do serviço para o cidadão.

— Cortes de salários e de pessoal reduzem a atratividade do setor público com o empregador afetando a sua moral, prejudicando a imagem da carreira pública e limitando a capacidade dos governos de atrair e reter pessoal altamente qualificado — avaliou.

Sem imposto sindical, centrais reduzem gastos e miram na reforma da Previdência

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Imposto sindical deixou de ser obrigatório com a reforma trabalhista. Sem dinheiro garantido, centrais apertam o cinto e seguem protestando, dessa vez contra a reforma da Previdência

O fim do imposto sindical, que passou a ser uma contribuição opcional com a reforma trabalhista, já mexeu com a organização das centrais sindicais. Sem perspectivas de manter essa arrecadação, as centrais já estão cortando gastos.

E mesmo com a possibilidade de incluir o retorno da cobrança na medida provisória (MP) da reforma, dirigentes das principais entidades sindicais não estão tão confiantes nas novas mudanças que podem ser feitas no Congresso.

Por isso, já miram em outra reforma: a da Previdência, contra a qual já marcam uma nova tentativa de greve geral.



Na última semana, as centrais decidiram parar no dia 5 de dezembro em protesto contra a reforma da Previdência, na véspera da data em que o governo pretende levar o projeto à votação. Participaram do encontro CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central, CSB, Intersindical, CGTB e CSP-Conlutas. Segundo o secretário-geral da Força Sindical, José Carlos Gonçalves, o Juruna, a ideia é concentrar o movimento nas capitais. "Vamos reforçar a mobilização no setor de transportes", diz.

O novo texto da reforma da Previdência propõe uma mudança um pouco mais 'light', mas mantém alterações como a idade mínima para aposentadoria. A CUT também se opõe às mudanças. Para Sérgio Nobre, secretário-geral da entidade, o enxugamento da proposta original do governo "não tem nada de positivo". "Não é uma reforma light, isso vai prejudicar o trabalhador", diz.

Ele diz que a central vai orientar suas bases para pressionar congressistas para que votem contra o projeto. "É bom que deputados pensem bem, porque isso é sensível. A sociedade brasileira não aceita mexer na Previdência", afirma Nobre.

Apertando o cinto

A CUT é a central que já tomou medidas para evitar problemas financeiros em 2018. Sem garantia de que vai receber a mesma verba de imposto sindical, a central aprovou um programa de demissão incentivada (PDI), que ficará aberta até 4 de dezembro. "A CUT está cortando 60% dos gastos. Isso envolve viagens, diárias, aluguéis, contratos, etc. e redução do quadro", informou a entidade via assessoria de imprensa.

A reportagem também questionou se UGT e Força Sindical tomariam alguma medida de austeridade semelhante, mas não obteve retorno até o fechamento desse texto. Nenhuma das três centrais respondeu ao questionamento sobre uma eventual fusão dos sindicatos para tentar sobreviver sem o imposto tampouco sobre eventuais novas fontes de arrecadação.

Apesar de o protesto convocado para 5 de dezembro ser prioritariamente contra a reforma da Previdência, a Trabalhista ainda atrai a atenção das centrais. Uma das críticas feitas pelo presidente da CUT, Vagner Freitas, às mudanças das leis do trabalho tem relação com a aposentadoria.

“A reforma Trabalhista legalizou o bico e muitos trabalhadores perderam os direitos e, em muitos casos, receberão menos do que um salário mínimo. Se já estava quase impossível contribuir para se aposentar, imagine com essa nova proposta de reforma da Previdência”, declarou em material distribuído pela assessoria da CUT.

Já Sérgio Nobre, secretário-geral da entidade, alerta para as emendas que podem “piorar” ainda mais a reforma trabalhista. “Imagine somar a essa tragédia a possibilidade de trabalhar a vida inteira e não se aposentar”, disse em material distribuído pela CUT.

Correios esperam atrair entre 2 mil e 5 mil funcionários para novo PDV

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Kelsen Fernandes - 6.mai.2014/Fotos Públicas



Se 5 mil funcionários aderirem, a economia seria de cerca de R\$ 54 milhões por mês. Os Correios abriram nesta quinta-feira (23) um segundo PDV (Programa de Desligamento Voluntário) para tentar enxugar sua folha de pagamento. O novo programa, cujo prazo de adesão termina no dia 29 de dezembro, pretende atrair entre 2 mil e 5 mil funcionários. Atualmente a empresa tem 108 mil funcionários.

Se 5 mil funcionários aderirem, a economia seria de cerca de R\$ 54 milhões por mês. O primeiro PDV, aberto no primeiro semestre, atingiu cerca de 6,2 mil funcionários e garantiu uma economia de R\$ 68 milhões por mês, mas ficou aquém dos 8 mil empregados que a empresa queria atingir.

Nesse primeiro programa, havia uma exigência de uma idade mínima de 55 anos para adesão. Essa linha de corte foi retirada no PDV lançado nesta quinta. A adesão será permitida a todos os funcionários que tenham no mínimo 15 anos de trabalho na estatal.

O incentivo oferecido aos que aderirem ao PDV será uma indenização com base nos salários dos últimos cinco anos, dependendo do tempo de casa e remuneração do funcionário. O pagamento será feito ao longo de 93 meses, com um limite máximo de pagamento de R\$ 9,8 mil.

EMBRAPA

Outra estatal, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) pediu autorização ao Ministério da Agricultura e ao Ministério do Planejamento para lançar um PDI (Programa de Desligamento Incentivado), visando a aposentadoria antecipada de funcionários de mais de 58 anos.

De acordo com a assessoria de imprensa da estatal, cada funcionário que se aposentar será substituído. A Embrapa, que possui 9,7 mil funcionários, pretende renovar até 20% do seu quadro caso a medida seja aprovada.

"O objetivo da Embrapa não é 'cortar funcionários', mas renovar até 20% de seu quadro funcional que se encontra em idade acima de 58 anos. As vagas remanescentes de um possível PDI seriam então utilizadas para recompor em concurso público o quadro funcional da Embrapa", afirmou a empresa em nota.

Com nova regra, empregado intermitente poderá ter de pagar para trabalhar

28/11/2017 – Fonte: UOL

A Receita Federal divulgou nesta UOL segunda-feira, 27, as regras para o recolhimento da contribuição previdenciária dos trabalhadores intermitentes cujo rendimento mensal ficar abaixo do salário mínimo. Esta é uma situação inédita no País que pode ocorrer com aplicação das normas previstas na reforma trabalhista. O próprio empregado poderá pagar a diferença entre a contribuição incidente sobre o contracheque e o mínimo exigido pela Previdência Social. A regra fará com que, no limite, alguns trabalhadores precisem pagar para trabalhar, caso optem pela contribuição previdenciária.

Como no contrato intermitente o empregado atua apenas quando é convocado, o salário varia conforme o número de horas ou dias trabalhados. Pela lei, deve-se receber, pelo menos, valor proporcional ao mínimo pela hora, R\$ 4,26, ou pelo dia trabalhado, R\$ 31,23. Como o valor do contracheque é base de cálculo para os encargos sociais, os trabalhadores com salário inferior ao mínimo terão recolhimento abaixo do aceito pelo INSS para a contabilidade da aposentadoria.

Diante dessa situação inédita, a legislação prevê que trabalhadores "poderão recolher a diferença" entre a contribuição calculada sobre o contracheque e o mínimo exigido pelo INSS. Quem não recolher esse valor adicional por conta própria não terá acesso à aposentadoria nem a benefícios como a licença médica.

Nesta segunda-feira, a Receita explicou que esse recolhimento extra deverá ser feito pelo próprio trabalhador com base na alíquota de 8% sobre a diferença entre o que recebe e o salário mínimo até o dia 20 do mês seguinte ao salário.

A Receita confirmou a situação que tem gerado reações no mundo sindical e político porque, no limite, é possível que o empregado tenha de tirar dinheiro do próprio bolso para trabalhar. Como exemplo de situação extrema, pode ser citada uma das vagas anunciadas recentemente: operador de caixa intermitente de uma rede de supermercados em Fortaleza, no Ceará.

Para quatro horas por dia, seis vezes por mês, a empresa oferece salário de R\$ 4,81 por hora. Com essa carga horária, o salário mensal chegaria a R\$ 115,44. Com este valor no contracheque, a contribuição à Previdência paga diretamente pela empresa à Receita seria de R\$ 23,09.

A contribuição mínima exigida pelo INSS, porém, é de R\$ 187,40. Para se adequar à regra da Receita, portanto, o empregado precisaria desembolsar R\$ 164,31. Ou seja, mais que o próprio salário, de R\$ 115,44. Nesse caso, o trabalhador terminaria o mês devendo R\$ 65,03.

Essa possibilidade aberta pela reforma trabalhista gera reações em vários setores. Entre as quase mil emendas ao ajuste da reforma, que ainda será votado pelo Congresso Nacional, algumas tentam mudar radicalmente o funcionamento da Previdência dos intermitentes. O senador José Serra (PSDB-SP), por exemplo, propõe que empregados que receberem menos que mínimo "terão recolhidas pelo empregador a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo" para o INSS.

Na documentação entregue ao Congresso, o senador explica que a regra prejudicará exatamente trabalhadores de baixa renda.

"É demasiado duro para um trabalhador pobre, que recebe abaixo do salário mínimo, contribuir para a Previdência de maneira desproporcional, com alíquotas efetivas maiores que a de trabalhadores mais ricos", diz Serra.

"Avaliamos que o trabalho intermitente não pode ser uma mera formalização do bico, da precarização, com papel passado. Temos de fornecer proteção efetiva para esses trabalhadores", completa.

Ministro diz que reforma trabalhista pode tirar 45 milhões da informalidade

28/11/2017 – Fonte: Agência Brasil



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, concede entrevista ao programa Por Dentro do Governo, da TV NBR José Cruz/Agência Brasil

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse hoje (28) que o Brasil tem cerca de 45 milhões de pessoas trabalhando na informalidade e que a expectativa é que eles passem a ter contratos de trabalho formais, com a entrada em vigor da nova legislação trabalhista, no último dia 11 de novembro.

A reforma trabalhista regulamentou modalidades de trabalho como teletrabalho, jornada parcial e trabalho intermitente, quando o trabalhador tem mais de um contrato de trabalho e recebe por hora ou dia trabalhado.

"A legislação não subtraiu nenhum direito, ela trará para a formalidade esses trabalhadores que ofereciam essa modalidade de serviço mas não tinham nenhum direito trabalhista", disse Nogueira. "Certamente, um número expressivo desse contingente de trabalhadores será absorvido por essa modalidade de contrato de trabalho".

Entretanto, a reforma trabalhista trouxe a possibilidade de o empregado receber valor mensal inferior ao salário mínimo, tema que está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5806, que alega violação ao direito ao salário mínimo e grave flexibilização do princípio protetor, que rege do direito do trabalho.

Segundo Nogueira, o trabalhador que hoje exerce essa atividade terá mais de um contrato de trabalho e poderá receber, no conjunto, uma remuneração muito maior que o salário mínimo.

"No somatório das horas trabalhadas certamente será mais vantajoso para o trabalhador. E ele terá os direitos trabalhistas que os demais trabalhadores podem contar, adicional de férias, 13º salário, fundo de garantia e contribuição para a aposentadoria", disse hoje durante o programa *Por Dentro do Governo*, da **TV NBR**.

"Não há justiça sem emprego", diz ministro do Trabalho

28/11/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Em evento sobre a modernização da legislação e seus impactos sobre a economia do país, Ronaldo Nogueira destacou a retomada do crescimento do mercado de trabalho

O Brasil está retomando o caminho do emprego, com crescimento econômico e desenvolvimento social, e a modernização da legislação trabalhista tem um papel importante nesse cenário, segundo o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. “Não há justiça sem emprego, e nossa missão é fazer o país crescer”, afirmou durante o 6º Fórum Municipal do Mercado de Trabalho de Porto Alegre, na tarde desta segunda-feira (27).



O ministro foi o palestrante do primeiro painel do evento, sobre a Modernização Trabalhista, e explicou seus efeitos sobre a economia brasileira. De acordo com ele, os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) já mostram que o país está se recuperando. “A economia do país está em recuperação. No fim de 2016, eram 3 milhões de postos de trabalho fechados no Brasil.

Neste ano, desde abril até outubro, começamos a ter postos de trabalho positivos. Setores importantes, como o automotivo, já anunciaram investimentos superiores a R\$ 15 bilhões em 2018, e os setores macro estão apresentando saldo positivo desde abril”, explicou.

Ronaldo Nogueira salientou que, apesar de suas potencialidades, o Brasil ainda tem 60 milhões de pessoas sem uma atividade econômica e 13 milhões de domicílios sem ninguém trabalhando. “As pessoas precisam de dois endereços fundamentais: um para morar e outro para trabalhar”, ponderou.

Para atender a essa demanda, a modernização trabalhista tem a geração de empregos como um dos seus três eixos, junto com a segurança jurídica e a consolidação de direitos. “Perder emprego é para o Brasil do passado. O Brasil do futuro será o Brasil do emprego”, reforçou.

Inovações - Com o tema “A Reforma Trabalhista: o que mudou?”, o fórum tratou de temas como novos processos, inovações tecnológicas, intensificação da competitividade econômica, reestruturação produtiva e mudança no perfil das profissões, abordando seus impactos nas questões relativas ao trabalho, emprego e renda.

O ministro do Trabalho observou que essa nova realidade exige respostas e ações que acompanhem o novo cenário e frisou que a modernização trabalhista se enquadra nesse contexto, incluindo formas modernas de emprego, como os trabalhos intermitente, temporário e em casa (home office). As estimativas, informou o ministro, apontam para a geração de dois mil empregos no Brasil, nos próximos dois anos, somente nessas modalidades.

No aspecto da segurança jurídica, ele defendeu a modernização da legislação trabalhista como “um passo muito importante” para o país, pois “no Século 21 é necessário avançar e oferecer para a sociedade uma fiel jurisdição para que todos tenham a mesma interpretação”. Segundo Ronaldo Nogueira, a modernização trabalhista veio para quebrar paradigmas. “Necessitamos ter outras soluções para este século. O que foi importante nos Séculos 19 e 20 é preciso ser reconhecido, mas temos que avançar”, afirmou.

Homenagem - Durante o Fórum, o ministro do Trabalho foi um dos dez homenageados com a medalha Floriceno Paixão, concedida a “personalidades e empresas que tiveram grande destaque e atuação voltada ao mundo do Trabalho e

Emprego”, conforme o Decreto nº 17.744, de 17 de abril de 2012. “É uma elevada honra receber essa homenagem por tudo que representa para o trabalho e o desenvolvimento do país. Eventos como esse são importantes nessa direção”, disse Ronaldo Nogueira.

O Fórum Municipal do Mercado de Trabalho de Porto Alegre reúne representantes dos trabalhadores, sindicatos e empresários e promove o debate sobre os desafios da qualificação e inserção profissional. O evento é realizado pela Prefeitura de Porto Alegre e a Comissão Municipal de Emprego, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Social e Esporte, sob a responsabilidade da Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda de Porto Alegre.

Trabalhador que receber menos que o mínimo deverá pagar a Receita diferença na contribuição

28/11/2017 – Fonte: EM.com

A Receita Federal publicou no Diário Oficial da União nesta segunda-feira instrução normativa que regulamenta a forma como o trabalhador que receber menos que um salário mínimo em determinado mês deve fazer.

A reforma trabalhista, feita pela Lei nº 13.467 de 2017, trouxe a possibilidade de o segurado empregado receber valor mensal inferior ao salário mínimo, como no caso de trabalho intermitente.

Nestes casos, o trabalhador terá que complementar a contribuição à Receita para atingir o índice de contribuição daquele período. A alíquota ficou definida em 8% e o empregado terá até o dia 20 do mês para efetuar o pagamento.

Na prática, o Ato Declaratório Interpretativo (ADI) RFB nº 6, define o seguinte: o empregado deverá, no mês em que receber menos que o salário mínimo, aplicar sobre a diferença na contribuição a alíquota de 8% e efetuar o pagamento do próprio bolso.

Por exemplo: se neste mês o empregado receber R\$ 837, ele deverá, até o dia 20 do próximo mês, pagar à Previdência 8% sobre os R\$ 100 da diferença entre o recebido e o valor do salário mínimo, atualmente em R\$ 937. De acordo com a receita, se não ocorrer essa complementação o mês não será computado como tempo de serviço.
Continua depois da publicidade

“Não será computado como tempo de contribuição para fins previdenciários, inclusive para manutenção da condição de segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e cumprimento de prazo de carência para concessão de benefícios previdenciários, o mês em que a remuneração recebida pelo segurado tenha sido inferior ao salário mínimo mensal e não tenha sido efetuado o recolhimento da contribuição previdenciária complementar.”, afirma o texto do ato da Receita Federal.

As novas regras trabalhistas permitem que as empresas contratem trabalhadores esporadicamente. Dessa forma, o pagamento pode ocorrer apenas pelos dias trabalhados o que pode resultar em remuneração menor que o mínimo.

Anteriormente ao novo texto, a lei permitia apenas contrato de 25 horas, que era a menor modalidade.

A nova legislação, no entanto, não estabelece quantidade mínima de horas. Na prática, o trabalhador pode ser contratado por serviços por duas horas semanais, por exemplo.

Receita regulamenta contribuição previdenciária de intermitente

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A Receita Federal publicou nesta segunda-feira (27) as regras para que os trabalhadores intermitentes possam complementar suas contribuições para a Previdência caso recebam menos que um salário mínimo em determinado mês.

Com a sanção pelo presidente Michel Temer das novas regras trabalhistas, abriu-se a possibilidade de os trabalhadores intermitentes, que podem ser chamados a trabalhar de forma esporádica, recebendo por hora ou dia trabalhado, receberem menos do que o mínimo.

Nesse caso, se o trabalhador quiser que o mês trabalhado conte para fins de aposentadoria e benefícios previdenciários, ele deverá complementar a contribuição previdenciária, pagando uma alíquota de 8% sobre a diferença entre a remuneração total recebida e o salário mínimo (R\$ 937).

Esse recolhimento deverá ser feito até o dia 20 do mês seguinte à data da prestação de serviço.

"A recente reforma trabalhista, efetuada pela Lei nº 13.467, de 2017, trouxe a possibilidade de o segurado empregado receber valor mensal inferior ao do salário mínimo, como no caso de trabalho intermitente, que permite o pagamento por período trabalhado, podendo o empregado receber por horas ou dia de trabalho", lembrou a Receita.

Quarta semana de novembro tem superávit de US\$ 427 milhões

28/11/2017 – Fonte: MDIC

No ano, as exportações chegam a US\$ 196,951 bilhões e as importações, a US\$ 135,559 bilhões, com superávit acumulado de US\$ 61,392 bilhões

Na quarta semana de novembro, a balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 427 milhões, com exportações de US\$ 3,547 bilhões e importações de US\$ 3,120 bilhões. No mês, as exportações foram de US\$ 13,484 bilhões e as importações, de US\$ 10,555 bilhões, com saldo positivo de US\$ 2,930 bilhões. No ano, as exportações já totalizam US\$ 196,951 bilhões e as importações, US\$ 135,559 bilhões, com superávit acumulado de US\$ 61,392 bilhões.

[Acesse os dados completos da balança comercial](#)

A média das exportações da quarta semana (US\$ 709,4 milhões) ficou 21,5% abaixo da média até a terceira semana (US\$ 903,4 milhões), em função da diminuição nas exportações das três categorias de produtos: semimanufaturados (-29,4%, por conta de celulose, açúcar em bruto, ferro-ligas, alumínio em bruto, semimanufaturados de ferro e aço), básicos (-20,7%, por conta de minério de ferro, farelo de soja, minério de cobre, petróleo em bruto, fumo em folhas) e manufaturados (-20,1%, em razão de aviões, óxidos e hidróxidos de alumínio, laminados planos de ferro e aço, etanol, veículos de carga, motores e turbinas para aviação).

Nas importações, foi verificada retração de 7,7%, sobre igual período comparativo (média da quarta semana, de US\$ 624 milhões, sobre a média até a terceira semana,

de US\$ 675,9 milhões), explicada, principalmente, pela diminuição nos gastos com equipamentos eletroeletrônicos, equipamentos mecânicos, plásticos e obras, farmacêuticos e siderúrgicos.

Análise do mês

Nas exportações, comparadas as médias até a quarta semana de novembro deste ano (US\$ 842,8 milhões) com a de novembro do ano passado (US\$ 810,8 milhões), houve crescimento de 3,9%, em consequência do aumento das vendas de produtos básicos (29,1%, por conta, principalmente, de soja em grãos, milho em grãos, minério de ferro, carnes bovina e de frango, algodão em bruto) e semimanufaturados (4,3%, em função de semimanufaturados de ferro e aço, celulose, ouro em formas semimanufaturadas, ferro-ligas, ferro fundido).

Por outro lado, caíram as vendas de produtos manufaturados (-14,2%, por conta de açúcar refinado, gasolina, tubos flexíveis de ferro e aço, aviões, obras de mármore e granito, suco de laranja não congelado). Em relação a outubro de 2017, houve retração de 6,2%, em virtude da queda nas exportações de produtos básicos (-11,3%) e semimanufaturados (-9,5%), enquanto que aumentaram as exportações de produtos manufaturados (1,6%).

Nas importações, a média diária até a quarta semana de novembro deste ano (US\$ 659,7 milhões) ficou 15,1% acima da média de novembro do ano passado (US\$ 573,1 milhões). Nesse comparativo, cresceram os gastos, principalmente, com combustíveis e lubrificantes (50%), químicos orgânicos e inorgânicos (21,5%), veículos automóveis e partes (20,9%), equipamentos eletroeletrônicos (19,1%). Sobre outubro de 2017, houve crescimento de 1,3%, pelos aumentos em produtos farmacêuticos (31,1%), adubos e fertilizantes (26,7%), plásticos e obras (8,2%) e equipamentos mecânicos (5,7%).

Governo corre para aprovar medidas provisórias que caducam até dezembro

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O governo corre contra o relógio para aprovar no Congresso, até dezembro, cinco medidas provisórias que caducam nas próximas semanas e que são fundamentais para a programação orçamentária de 2017 e 2018.

Em meio às negociações pelas mudanças na Previdência, prioridade atualmente, a equipe econômica já se programa para substituir parte dessas MPs por projetos de lei se não houver tempo hábil para a aprovação.

Somente nesta terça-feira (28), caducam três medidas provisórias com impacto fiscal relevante para a União.

Uma delas, que cria PDV (Programa de Demissão Voluntária), jornada reduzida e licença sem remuneração para servidores federais, possibilitaria uma economia anual de cerca de R\$ 1 bilhão.

Outra, a chamada "MP dos Mortos", determina ressarcimento à União de pagamentos indevidos feitos a falecidos. Isso se traduziria em receita de R\$ 600 milhões, mas até agora só entraram R\$ 40 milhões com a medida.

Por fim, esta terça é a data-limite para a votação do programa de parcelamento de débitos de produtores com o Funrural. Se o texto for aprovado da forma como saiu da comissão especial, a renúncia fiscal será de R\$ 15 bilhões, R\$ 7,4 bilhões acima do que previa o texto original.

Nos dois primeiros casos, de acordo com o que a Folha apurou, já estão sendo preparados projetos de lei para substituir os textos originais caso seja necessário.

Para o Funrural, a relatora da MP, deputada Tereza Cristina (sem partido-MS), não exclui a possibilidade de ser editada uma nova medida provisória, com um texto diferente da anterior.

O governo ainda quer votar nesta semana a MP do Repetro, que entre outros pontos desonera as importações de equipamentos para a exploração de petróleo e gás. A medida expira em 15 de dezembro. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, se reuniu com o da Câmara, Rodrigo Maia, e disse que houve compromisso de que o projeto será votado nesta quarta (29).

Até dezembro, o governo ainda tem que votar a MP que iguala a tributação de fundos de investimentos fechados à dos abertos, o que antecipará R\$ 6 bilhões em IR. Apesar de a medida expirar em abril de 2018, as mudanças no IR têm de ser feitas no ano anterior.

-

DATA DE VALIDADE

Medidas provisórias importantes podem caducar

Vencem nesta terça-feira (28)

> FUNRURAL

O QUE É: Institui o Programa de Regularização Tributária Rural, que prevê o parcelamento das dívidas de produtores com o Funrural

IMPACTO FISCAL: Renúncia de R\$ 7,6 bilhões pela MP ou de R\$ 15 bilhões pelo texto da comissão especial

> PDV DOS SERVIDORES

O QUE É: Cria o Programa de Desligamento Voluntário para servidores públicos, jornada reduzida e licença sem remuneração

IMPACTO FISCAL: Economia de cerca de R\$ 1 bilhão em 2018

> MP DOS MORTOS

O QUE É: Prevê a restituição de valores depositados indevidamente pela União a pessoas falecidas

IMPACTO FISCAL: Receita de R\$ 600 milhões

Vence em 15 de dezembro

> REPETRO

O QUE É: Prorroga o regime tributário especial para a exploração de petróleo e gás natural

IMPACTO FISCAL: Renúncia fiscal de R\$ 20 bilhões entre 2018 e 2019

Vence em 8 de abril de 2018

> TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS FECHADOS DE INVESTIMENTO

O QUE É: Igualar o prazo para pagamento de impostos dos fundos fechados de investimento, para grandes investidores, à dos fundos abertos, o que antecipará receitas

IMPACTO FISCAL: Receitas de R\$ 6 bilhões em 2018

Indefinições sobre reforma e exterior contribuíram para volatilidade, diz Tesouro

28/11/2017 – Fonte: EM.com

O coordenador-geral de operações da Dívida Pública, Leandro Secunho, disse nesta segunda-feira, 27, que outubro foi um mês mais "desafiador" para a gestão dos títulos públicos do que setembro. Segundo ele, as indefinições sobre o cenário externo e sobre a reforma da Previdência trouxeram volatilidade ao mercado, mas não chegaram a impactar o resultado no mês, que ele classificou como positivo.

"Outubro foi um mês com aumento nos juros e pouca liquidez no mercado secundário. Foi um mês com certa volatilidade, mas longe do que o ocorreu em maio", afirmou Secunho. "O Tesouro teve certa flexibilidade nas emissões, mas não precisou cancelar

nenhum leilão. Foi um gerenciamento fino, no sentido de fazer leilões que não aumentassem a volatilidade do mercado", completou.

No mês passado, houve um resgate líquido de R\$ 23,33 bilhões. Secunho disse ainda que outubro foi o último mês com vencimentos relevantes de títulos. "A tendência era de uma emissão maior em outubro, mas o resultado ficou em linha com setembro por conta dessa volatilidade", acrescentou.

O estoque da Dívida Pública Federal (DPF) encerrou outubro em R\$ 3,438 trilhões. O Plano Anual de Financiamento (PAF) prevê que a dívida encerre o ano acima de R\$ 3,450 trilhões. "Vamos encerrar o ano dentro com todos os indicadores dentro dos limites do PAF", afirmou.

Segundo ele, a parcela pré-fixada do estoque da dívida - que está em 34,62% - deve crescer até o fim do ano e se aproximar de teto do PA de 36%. Para Secunho, esse movimento é positivo. "Tem havido demanda no mercado por títulos pré-fixados, que é o que o Tesouro deseja", avaliou. "Além disso, o aumento de taxas de juros em outubro gerou oportunidade de entrada para estrangeiros", completou.

Secunho também destacou a emissão em 3 de outubro de US\$ 3 bilhões em um novo título, o Global 2028. No período, o Tesouro também desembolsou US\$ 2 bilhões para a recompra de papéis mais curtos da dívida externa.

"Emitimos R\$ 9,47 bilhões da DPFe em outubro, sendo a maior parte do Global 2028, e foram recomprados R\$ 7,19 bilhões de títulos da DPFe em outubro", detalhou. "A lógica da operação era emitir título novo com volume e liquidez adequado. "Aproveitamos a operação para comprar títulos mais antigos e de taxa de juros elevadas", completou.

Financiamento externo

O coordenador-geral de operações da Dívida Pública disse também que a necessidade financeira para honrar os compromissos da dívida externa em 2018 é próxima de zero, devido ao "colchão" proporcionado pelas emissões externas já realizadas. No mês passado, o Tesouro emitiu US\$ 3 bilhões em novo bônus de dez anos, o Global 2028.

"Já não havia essa necessidade de financiamento. Nossas emissões são qualitativas, com o objetivo de criar um novo benchmark, já que o atual já estava com prazo de oito anos e meio. Obviamente somos sensíveis a preços e tentamos aproveitar as melhores oportunidades, mas era importante criar uma nova referência de dez anos para as empresas brasileiras emitirem seus papéis", afirmou.

Sai acordo que cobre perdas com os planos econômicos

28/11/2017 - Fonte: Folha de S. Paulo



Notas de Real

Bancos e poupadores fecharam nesta segunda-feira (27) os termos finais do acordo que prevê indenizações pelas perdas provocadas por planos econômicos nas décadas de 1980 e 1990.

O valor a ser pago gira em torno de R\$ 10 bilhões e a maior parte deverá ser parcelada. No passado, os bancos diziam que isso custaria pelo menos R\$ 50 bilhões. Os poupadores falavam que não passaria de R\$ 20 bilhões.

A previsão é de que o texto seja assinado na próxima segunda (4) e enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). Caso seja homologado, serão encerrados mais de 1 milhão de processos em andamento na Justiça há quase três décadas.

Embora o acordo envolva aqueles que ingressaram com ações coletivas, ele será estendido para todos os poupadores que, dentro de seis meses depois da homologação do Supremo, conseguirem comprovar que tiveram aplicações em caderneta de poupança durante a vigência dos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). Para isso, bastará ir direto ao banco.

Sobre o valor a ser pago incidirá um fator de correção que foi chamado de "multiplicador" e leva em consideração, por exemplo, juros de mora. O multiplicador vai variar de acordo com o plano econômico.

Depois da correção do valor, haverá um desconto que também varia de acordo com o plano econômico. Os mais recentes terão desconto menor. A reportagem apurou que esse corte poderá chegar a 40%. Os bancos pediam um abatimento mínimo de 50%.

Também foi definido um patamar para pagamentos à vista, mas ele não foi revelado.

Acima desse patamar, o valor será pago em parcelas que serão corrigidas pela inflação medida pelo IPCA. Os bancos queriam pagar a TR (Taxa Referencial), que é bem mais baixa.

MEDIAÇÃO

A Advocacia-Geral da União (AGU) mediou as negociações com apoio do Banco Central entre a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

A advogada-geral da União, a ministra Grace Mendonça, ligou para o presidente Michel Temer para comunicar o fechamento do "acordo histórico". Também foram avisados a presidente do Supremo, a ministra Cármen Lúcia, e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Apesar de terem chegado a um consenso, os representantes envolvidos se comprometeram a não divulgar os termos finais até que a minuta do acordo seja assinada. Isso para evitar possíveis desgastes com o Supremo.

Ainda estão previstas três reuniões nesta semana para acertar detalhes. Um dos pontos se refere ao pagamento de indenizações a poupadores que tinham aplicações em instituições que quebraram ao longo das décadas.

O acordo ganhou força porque, neste ano, a ministra Cármen Lúcia declarou que iria colocar o assunto para votação no Supremo.

Desde então, os bancos passaram a acumular derrotas sobre o assunto também no STJ (Superior Tribunal de Justiça). Por isso prosperou a negociação intermediada pela AGU.

-

Luta com o dragão

Entenda os planos que tentaram conter a inflação antes do Real

PLANO BRESSER (16.JUN.1987)

Como foi a correção - Substituiu o IPC (26,06%) pela OTN (18,02%)

Quem tem direito à correção - Poupança com aniversário de 1º a 15.jun.1987

*

PLANO VERÃO (16.JAN.1989)

Como foi a correção - Trocou o IPC (42,72% ao mês) pela LFT (22,35%)

Quem tem direito à correção - Poupança com aniversário de 1º a 15.jan.1989

*

PLANO COLLOR 1 (16.MAR.1989)

Como foi a correção - Confiscou por 18 meses valores acima de NCZ\$ 50 mil

Quem tem direito à correção - Poupança com aniversário de 1º a 15.abr.1990

*

PLANO COLLOR 2 (31.JAN.1991)

Como foi a correção - Substituiu o BTN-F pela TRD, ambas com variação diária

Quem tem direito à correção - Poupança com aniversário de 1º a 31.jan.1991

ENTENDA

Quem tem direito às indenizações pelas perdas com planos econômicos?

O acordo vale para aqueles que ingressaram com ações coletivas. No entanto, os poupadores que conseguirem comprovar depósitos do passado poderão pedir a correção diretamente no banco em até seis meses depois da homologação do acordo pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

O pagamento será integral?

Não. Haverá um índice de correção monetária e um desconto que pode chegar a 40% dependendo do plano econômico

O valor será pago à vista?

A maior parte deverá ser parcelada com correção pelo IPCA (índice oficial de inflação) -os bancos queriam que a referência fosse a TR (taxa referencial), que oferece uma correção menos para os correntistas. O valor de referência para o parcelamento ainda não foi revelado

Já posso ir ao banco?

Ainda não. Os termos finais do acordo foram definidos mas, para valer, é preciso que seja homologado pelo Supremo Tribunal Federal. A minuta do acordo deve ser protocolada na próxima segunda-feira (4)

Tenho processo contra o banco em tramitação. Devo desistir?

Para aderir ao acordo será preciso abrir mão de todas as ações

Não concordo com os termos do acordo. Devo manter minha ação tramitando na Justiça?

Se o Supremo Tribunal Federal aceitar o acordo acertado agora entre bancos e poupadores, todas as ações serão automaticamente encerradas.

Confiança do comércio no Brasil recua em novembro com piora da percepção atual, diz FGV

28/11/2017 – Fonte: Reuters

A piora da percepção da situação atual pressionou a confiança do comércio no Brasil, que recuou em novembro após duas altas consecutivas e destaca a recuperação gradual da economia, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta terça-feira.

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) do Brasil registrou em novembro queda de 0,1 ponto e foi a 92,4 pontos, segundo a FGV.

O resultado foi influenciado pelo Índice da Situação Atual (ISA-COM), que caiu 0,8 ponto no mês e foi a 85,4 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE-COM) avançou 0,7 ponto, atingindo 99,9 pontos.

“O resultado de novembro pode ser interpretado como uma relativa acomodação da confiança do comércio após dois meses em forte elevação”, disse em nota o coordenador da Sondagem do Comércio da FGV IBRE, Rodolpho Tobler.

Ele destacou ainda que a melhora das expectativas reforça a perspectiva de manutenção da tendência de retomada do setor no ano, sob influência da inflação e juros baixos, além da melhora da confiança dos consumidores.

Nesta terça-feira, a FGV informou ainda que a confiança do consumidor avançou em novembro diante das perspectivas melhores para o emprego e com a inflação e os juros em baixa, chegando ao melhor nível em três anos.

Confiança do consumidor brasileiro sobe em novembro para maior nível em 3 anos

28/11/2017 – Fonte: Reuters

A confiança do consumidor brasileiro avançou em novembro, chegando ao melhor nível em três anos, diante de perspectivas melhores para o emprego e com a inflação e os juros em baixa, informou a Fundação Getulio Vargas nesta terça-feira.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) subiu 3,1 pontos em relação a outubro para 86,8 pontos, patamar mais alto desde outubro de 2014 (91,1 pontos).

“Com inflação e juros em queda, e melhores perspectivas para o emprego, o consumidor brasileiro avalia mais favoravelmente a tendência das finanças familiares e esboça maior ímpeto para compras de duráveis nos próximos”, disse a coordenadora da Sondagem do Consumidor, Viviane Seda Bittencourt, em nota.

Houve melhora entre os consumidores tanto da percepção sobre a situação atual quanto das perspectivas futuras.

O Índice da Situação Atual (ISA) avançou 1,3 ponto para 74,5 pontos, nível mais alto desde junho de 2015; enquanto o Índice de Expectativas (IE) ganhou 4,2 pontos e atingiu 96,0 pontos, o mais alto desde abril de 2014.

A FGV destacou ainda o indicador que mede a intenção de compra de bens duráveis, que voltou a subir após cinco quedas seguidas. Esse indicador avançou 11,1 pontos e chegou ao nível mais alto em três anos, a 82,4 pontos.

A economia brasileira vem apresentando uma melhora gradual após dois anos de recessão, tendo como base inflação e juros baixos e retomada do mercado de trabalho.

O resultado da confiança do consumidor acompanha a melhora vista também no comércio e na construção.

Entidades fazem acordo sobre perdas com planos econômicos nos anos 80 e 90

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo), o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) chegaram a um consenso sobre a correção das cadernetas de poupança para corrigir as perdas decorrentes de planos econômicos das décadas de 1980 e 1990.

As negociações vinham sendo conduzidas pela Advocacia-geral da União (AGU), com apoio do Banco Central do Brasil. O acordo prevê uma indenização de cerca de R\$ 11 bilhões aos poupadores.

Segundo a AGU, pontos relevantes da conciliação ainda estão pendentes. O texto final será definido na próxima semana e então submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal, a quem caberá a última palavra sobre o tema.

ENTENDA

Clientes dos grandes bancos do país entraram na Justiça em ações coletivas e individuais para solicitar a reparação de perdas com o congelamento das remunerações da caderneta de poupança durante os planos econômicos nas décadas de 1980 e 1990: Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991).

O acordo prevê o pagamento de uma indenização de R\$ 11 bilhões aos clientes, menos do que foi solicitado durante as negociações – ao redor de R\$ 50 bilhões.

-

LONGA POLÊMICA

Disputa sobre planos durou mais de 20 anos

Correntistas questionam na Justiça perdas decorrentes de mudanças de regras na correção das poupanças durante os planos econômicos Collor 1 e 2, Verão e Bresser, nos anos 1980 e 1990

*

2010 - 400 mil processos na Justiça têm tramitação suspensa, à espera de decisão do STF que valha para todos os casos

2013 - STF começa a analisar o pedido dos correntistas, mas quatro ministros se declararam impedidos e baixo quórum impede julgamento

2016 - Cármen Lúcia se declara desimpedida e restabelece quórum mínimo para julgamento

2017 - Em maio, STF restringe abrangência de poupadores em ações coletivas que pedem ressarcimento

OCDE vê crescimento global atingir pico em 2018 e melhora projeções para o Brasil

28/11/2017 – Fonte: Reuters

O crescimento econômico global deve atingir a máxima de oito anos em 2018, mas o investimento fraco e os níveis de dívida cada vez mais perigosos limitam o espaço para mais avanços, afirmou a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nesta terça-feira.

A economia global caminha para crescer 3,6 por cento neste ano, antes de atingir expansão de 3,7 por cento em 2018. Em seguida, a previsão é que o ritmo de crescimento volte para 3,6 por cento em 2019, informou a OCDE em suas perspectivas mais recentes.

Para o Brasil a previsão é de crescimento de 0,7 por cento neste ano, 0,1 ponto percentual acima da previsão anterior. Em 2018, o país deve expandir 1,9 por cento, ante expectativa anterior de avanço de 1,6 por cento, chegando a um crescimento de 2,3 por cento em 2019.

O Brasil tenta se abrir há 20 anos, diz consultor

28/11/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Brasil está há 20 anos tentando se incorporar às cadeias de comércio global, mas sem sucesso, segundo análise de especialistas e consultores reunidos pelo Instituto

República, consultoria franco-brasileira de estudos e debates econômicos, que organizou seminário nesta segunda-feira, 27, em São Paulo.

Para Octavio de Barros, presidente do conselho do instituto e vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-França, cada vez menos empresas estrangeiras querem se instalar no Brasil interessadas apenas em mão de obra mais barata.

Elas procuram um ambiente de negócios mais favorável, que passa pela aprovação de reformas, como a tributária e a da Previdência.

O secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Jorge Arbache, aponta que o desenvolvimento e a gestão de recursos digitais estão concentrados nas mãos de poucos países e de grandes empresas.

“Uma coisa é utilizar recursos digitais, outra coisa é desenvolver e gerenciar. Aqui estaria uma grande fonte de explicação das taxas de produtividade baixas do Brasil.”

O diretor executivo do Conselho de Administração do Banco Mundial, Otaviano Canuto, lembra que o Brasil está na primeira fase da revolução industrial, enquanto países mais abertos já discutem a indústria 4.0, de fábricas inteligentes em que a tecnologia liberaria o trabalhador para funções mais complexas.

“A China já está num estágio híbrido e é o país que mais introduziu robôs em suas fábricas em termos absolutos.”

No debate, o consultor de empresas e ex-presidente da Petrobrás Henri Philippe Reichstul lembrou que o Brasil tenta se abrir há pelo menos 20 anos.

“As cadeias internas são muito densas, porque o País é fechado. Quando o Brasil conseguir entrar em um novo processo de industrialização, vai se tornar um país mais dinâmico.”

Ele lembrou que o maior desafio dos países emergentes, como o Brasil, está em como se inserir nas cadeias globais de valor a partir das próximas décadas, em uma realidade em que a produção tende a ser cada vez mais descentralizada e os países precisam reinventar suas funções produtivas para não ficarem em segundo plano no comércio.

Carga de energia no sistema brasileiro cresce 3% em outubro, diz ONS

28/11/2017 – Fonte: Reuters

A carga de energia do sistema interligado do Brasil em outubro apresentou elevação de 3 por cento na comparação com o mesmo mês do ano passado, informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em boletim nesta segunda-feira.

No acumulado dos últimos 12 meses, a carga, que representa a soma de consumo e perdas na rede, teve alta de 1,1 por cento, segundo o boletim.

“Os sinais mais consistentes de recuperação da economia já podem ser observados...”

Fatores como a queda nos juros, a safra agrícola, a geração de empregos e o aumento das exportações industriais estão influenciando positivamente o desempenho da carga de energia”, apontou o ONS no documento.

O órgão avaliou ainda que, excluídos efeitos de fatores fortuitos e não econômicos, a carga teria avançado 2,4 por cento em outubro na comparação anual.

De acordo com os dados não ajustados, o crescimento da carga tem sido puxado pelo desempenho do Sul e do Norte, que registram avanço de 3,1 por cento e 1,7 por cento no acumulado do ano, respectivamente.

No Nordeste, o crescimento acumulado da carga nos últimos 12 meses é de 1,4 por cento e, no Sudeste/Centro-Oeste, de 0,4 por cento.

Já em outubro, nos dados não ajustados, o avanço da carga concentrou-se no Sul e no Sudeste, com 4,1 por cento e 3,3 por cento de alta na comparação anual, respectivamente.

Conta de luz cairá 4,3% em dezembro, com melhora dos reservatórios

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A mudança da bandeira tarifária anunciada nesta segunda-feira (27) deverá baratear a conta de luz em dezembro.

A cobrança cairá da bandeira vermelha nível 2, cobrada nos últimos dois meses, para a vermelha nível 1.

Isso representará uma queda de 4,3%, em média, na comparação com o mês anterior, segundo cálculo da consultoria TR Soluções.

Para consumidores residenciais, a retração será de 3,8% entre novembro e dezembro.

A diminuição no preço varia segundo a região –em São Paulo, a queda será maior, de 4,7% para clientes da Eletropaulo em geral, e 4,3% para os residenciais.

O motivo principal é a melhora na situação dos reservatórios das hidrelétricas, principal fonte de energia do Brasil, disse a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Criadas para sinalizar ao consumidor uma eventual escassez de energia, as bandeiras chegaram pela primeira vez em outubro ao patamar vermelho nível 2, o que representou na época cobrança extra de R\$ 3,50 a cada 100 quilowatts-hora consumidos.

Em novembro, uma mudança no cálculo das bandeiras elevou o valor desse adicional, e a bandeira vermelha nível 2 passou a gerar uma cobrança adicional de R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora.

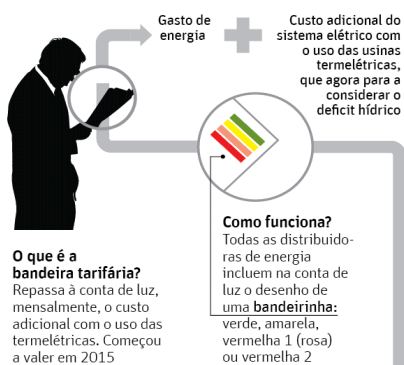
Na prática, isso implicou em um aumento da tarifa de 3,3%, na média.

Agora, com o retorno ao nível 1 da bandeira vermelha, o valor cobrado será de R\$ 3 a cada 100 quilowatts-hora.

Editoria de Arte/Folhapress

ENERGIA MAIS CARA

Novo cálculo deverá corrigir distorções



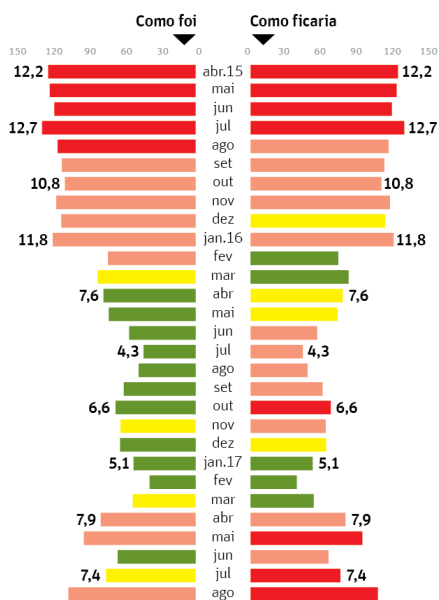
COMO FICA A VARIAÇÃO DE PREÇOS APÓS A MUDANÇA

Valor da tarifa, em R\$

| Como era | Como ficou |
|--|---|
| Verde Sem cobrança extra | Verde Sem cobrança extra |
| Amarela R\$ 2 a cada 100 KWh | Amarela R\$ 1 a cada 100 KWh <i>Diminui</i> |
| Vermelha 1 R\$ 3 a cada 100 KWh | Vermelha 1 R\$ 3 a cada 100 KWh <i>Não muda</i> |
| Vermelha 2 R\$ 3,5 a cada 100 KWh | Vermelha 2 R\$ 5 a cada 100 KWh <i>Aumenta</i> |

COMO SERIAM AS BANDEIRAS COM A NOVA METODOLOGIA

Geração térmica do SIN (Sistema Interligado Nacional), em TWh



UBS diz que fim do Nafta afetaria Volkswagen duramente

28/11/2017 – Fonte: EM.com

A ameaça do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de se retirar do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês) deve ser apenas uma tática de negociação, afirmou o analista Colin Langan, do UBS. Caso os EUA de fato se retirem, isso afetará seriamente as fabricantes de automóveis domésticas e estrangeiras, acrescenta ele.

Além das chamadas "Três de Detroit" - a General Motors, a Ford e a Fiat Chrysler -, a Volkswagen seria uma das mais afetadas pela ruptura. Langan lembra que a montadora alemã é a maior importadora líquida para os EUA, na comparação com suas concorrentes europeias.

Caso os EUA sigam no Nafta, uma elevação proposta na parcela do carro que precisaria ser produzida na área do Nafta ainda representaria um risco grande para a Volks, enquanto a Daimler e a BMW estariam menos expostas, segundo o analista.

Caminhão da Tesla precisará de energia de 4.000 casas, diz consultor

28/11/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Alexandria Sage/Reuters



O caminhão elétrico de grande porte desenvolvido pela Tesla; produção deve começar em 2019

Uma das principais consultorias de energia da Europa estimou que a recarga das baterias do caminhão elétrico da Tesla vai exigir energia equivalente à usada para abastecer 4.000 casas. O cálculo coloca em xeque a viabilidade do projeto.

A montadora de automóveis elétricos americana anunciou neste mês um projeto de caminhão elétrico, prometendo aos motoristas que eles poderiam recarregar as baterias para permitir percursos de até 650 quilômetros em 30 minutos, usando um novo "megacarregador" que a empresa vai fabricar.

John Feddersen, presidente-executivo da Aurora Energy Research, consultoria criada em 2013 por um grupo de professores da Universidade de Oxford, no Reino Unido, disse que a energia requerida para recarregar uma bateria nesse prazo seria de 1.600 quilowatts.

Isso bastaria para abastecer entre 3.000 e 4.000 casas "médias", disse em uma conferência em Londres na semana passada, cerca de dez vezes mais potência que a usada pela atual rede de "super-carregadores" da Tesla para seus carros elétricos.

A Tesla se recusou a comentar sobre os cálculos.

Elon Musk, presidente-executivo da Tesla, havia declarado anteriormente que os megacarregadores seriam acionados por energia solar, mas a empresa não confirmou se eles estarão conectados com a rede elétrica, para o caso de dias nublados.

Muitos dos supercarregadores atuais da Tesla são acionados em parte por energia renovável. A empresa também testa baterias de armazenagem para aliviar a demanda por eletricidade.

A Tesla não informou quando começará a instalar os megacarregadores, mas disse que as entregas do caminhão começarão em 2019.

Feddersen usou o exemplo do caminhão da Tesla para destacar a necessidade de maior debate sobre a infraestrutura atual das redes elétricas e como adaptá-la para atender à demanda que os veículos elétricos gerarão.

"Há maneiras inteligentes e maneiras idiotas de incorporar ao sistema esse nível de requerimento de capacidade, mas de qualquer forma um sistema de transporte rodoviário completamente eletrificado precisará de muitas obras novas de infraestrutura", ele disse ao "Financial Times".

Outros especialistas em tecnologia de baterias afirmaram que carregar um caminhão em meia hora exigiria tecnologia que excede qualquer coisa que está disponível.

"Os carregadores mais rápido que estão em uso hoje sustentam carregamento de até 450 watts, e por isso ainda não está claro de que maneira a Tesla pretende atingir a velocidade de recarga que pretende", disse Colin McKerracher, diretor da divisão de transporte avançado da consultoria Bloomberg New Energy Finance.

"Uma opção pode ser segmentar a bateria de alguma forma, e carregar os diferentes segmentos simultaneamente. Isso eleva o custo e não vimos nada parecido em ação na prática, e capaz de sustentar transferências de energia dessa ordem."

A National Grid, que supervisiona o sistema de eletricidade britânico, calculou que, no cenário mais extremo, os veículos elétricos poderão criar até 18 gigawatts adicionais de demanda por eletricidade nos horários de pico, por volta de 2050 no Reino Unido.

Isso equivale a uma capacidade de geração de energia equivalente à de seis usinas nucleares de escala semelhante à de Hinkley Point, em construção no sudoeste da Inglaterra.

Especialistas do setor acreditam que o desgaste no sistema possa ser reduzido com o uso de "carregadores inteligentes", que só reabastecerão as baterias dos veículos quando a rede puder sustentar a demanda, em lugar de em horários de pico, como logo depois do trabalho.

Fiat revela o novo Cronos, sedã do Argo que aposta no visual esportivo

28/11/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Modelo estreia em 2018 para brigar com VW Virtus e Toyota Yaris, além de Chevrolet Cobalt e Honda City



A Fiat divulgou as primeiras imagens do Cronos, o 'sedã do Argo' que será feito na Argentina e chegará às lojas no primeiro trimestre de 2018. A marca também fez nesta segunda-feira (27) a apresentação do modelo à imprensa especializada, em São Paulo, porém, não foi permitido o registro de imagens do carro.

O Cronos é revelado poucos dias após a Volkswagen mostrar pela primeira vez o Virtus, o sedã do Polo com quem o Fiat irá travar um duelo no segmento, ao lado de Chevrolet Cobalt, Honda City e Toyota Yaris (este chega no segundo semestre do próximo ano).

Os três volumes da VW serão produzidos no Brasil, com estreia nas lojas no fim de janeiro de 2018.

O Fiat Cronos é baseado na nova plataforma MP-S (Modular Platform Sedan), desenvolvida exclusivamente para o modelo, por isso a marca não o trata como um veículo derivado do Argo e sim um produto de personalidade própria. Ele substituirá de uma só vez o Linea e o Siena, que já foram aposentados pela montadora.



Atualmente, o único sedã da Fiat é o Grand Siena, que parte de R\$ 45.790. O **Cronos** custará bem acima disso, provavelmente na casa dos R\$ 60 mil- a Fiat ainda não divulgou preços.

A versão exposta aos jornalistas era a topo de linha, com transmissão automática e motor 1.8, de 139 cv. Ela exibe uma dianteira que lembra a do Argo, porém mais alta e muito mais bonita, especialmente vendo ao vivo.

O capô traz vincos acentuados que remetem aos esportivos da marca. À primeira vista, não tem como não associar à frente de uma **Mercedes**.

Os faróis são afilados, porém mais fino que os do hatch, e com a mesma luz diurna em led que funciona como uma espécie de sobrancelha.

A grade é do tipo colmeia tal qual no **Argo**, com o plus de vir com um filete cromado que corta a peça de um lado ao outro - uma outra barrinha cromada e maior acompanha o desenho mais marcante do para-choque dianteiro.



A traseira casa muito bem com o restante do carro, dando um equilíbrio ao conjunto. Mais uma vez, a sensação de esportividade está presente, desta vez com recortes profundos na tampa do porta-malas e no para-choque ao melhor estilo **Audi**.

Apesar do desenho parecido, as lanternas no **Cronos** são mais finais que as do **Argo**. Elas invadem a tampa do porta-malas, que por sinal é bem generoso, com uma capacidade que ultrapassa os 520 litros - a **Fiat** não adiantou os dados técnicos.

No interior, o painel será compartilhado com o **Argo**. O volante segue a proposta esportiva do design, com base chata e empunhadura mais grossa na pegada das mãos.

O cluster vem com tela TFT de 3,5 polegadas de série e as versões mais caras, de 7 polegadas. Esse também é o tamanho da tela do sistema multimídia com alta definição de imagem.

O pacote de equipamentos deve contar, entre outros, com borboletas para trocas de marchas atrás do volante (para as versões automatizada e automática), auxílio de partida em rampa, rodas de liga aro 17 e controles de estabilidade e de tração.



O **Cronos** de entrada usará o motor 1.3 Firefly, de 109 cv, abrindo mão do 1.0 Firefly, assim como vez a **Volkswagen** com o **Virtus**. Serão duas opções de câmbio para essa faixa de cilindrada: o manual e o automatizado GSR, ambos de 5 marchas.

As versões mais caras usarão o motor 1.8, de 139 cv, trocando o GSR por uma transmissão automática, de 6 velocidades.

Inadimplência cai para menor nível do ano

28/11/2017 – Fonte: Automotive Business

Índice dos atrasos nos pagamentos fecha outubro em 3,8%, aponta Banco Central



A **inadimplência** dos **financiamentos de veículos** atingiu novo recorde para o ano ao registrar 3,8% em outubro, o menor índice até agora, de acordo com balanço divulgado pelo Banco Central.

O total ficou 0,1 ponto porcentual abaixo do de setembro, quando marcou 3,9%, o menor até então, indicando consistência na tendência de queda nos atrasos dos pagamentos acima de 90 dias, que começou logo no início de 2017. Vale lembrar que há um ano, em outubro de 2016, a inadimplência rondava os 4,7%. Os dados consideram apenas os contratos de crédito para pessoas físicas.

Segundo o relatório do BC, outubro também é o melhor mês do ano até o momento no volume total de crédito liberado para financiar veículos, com R\$ 1,21 bilhão concedidos para pessoas físicas. Até então, o maior valor tinha sido anotado em agosto, quando o sistema financeiro nacional concedeu R\$ 1,15 bilhão para consumidores finais comprarem seus veículos.

Com isso, o saldo das carteiras de veículos foi a R\$ 146 bilhões, também o maior volume nos registros de 2017 e o quarto mês consecutivo de aumento, indicando novo fôlego para a saúde das carteiras.

A taxa média de juros também manteve a tendência de queda, chegando a 22,5%, a menor para o ano, reflexo da política monetária que baixou os juros da Selic no fim

daquele mês para os atuais 7,5%. O prazo médio dos novos contratos ficou estável em 42 meses.